

# PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA LIGADA ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

## *PRINCIPLES OF DIGNITY OF THE HUMAN PERSON WORKING WITH PEOPLE WITH SPECIAL NEEDS*

Lorene Siqueira Rodovalho<sup>1</sup>

**Resumo:** Este presente artigo tem como escopo aprofundar na questão da Dignidade das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, sob a visão constitucional mostrando o Estado Democrático responsável pela função de resguardar os direitos humanos e fundamentais. Este artigo tem como finalidade analisar a problemática de que como a evolução histórica do pensamento sobre a dignidade humana faz com que haja uma transformação em todo conteúdo das leis, normas e princípios que, atualmente, regem este Princípio, podendo ser dado o mínimo existencial para que uma pessoa possa ser inserida em seu meio, que é a educação. Com essa ideia, tem-se o objetivo de discutir a evolução sócio/legal, dos princípios constitucionais da Dignidade da Pessoa humana e tentar justificar a tentativa de se resgatar a identidade do Estado Contemporâneo, diante de uma sociedade globalizada, sem deixar o sentido real do homem digno, sendo ele normal ou portador de necessidades especiais, provocando mudanças no pensamento e ação desta sociedade.

**Palavras-chaves:** Dignidade da pessoa humana; pessoas portadoras de necessidades especiais; Estado Democrático.

**Abstract:** The present article develops the question of the scope Dignity of Persons with Disabilities, under the constitutional view showing the Democratic State responsible for the function of protecting human rights and fundamental. This article aims to analyze the problems that how the historical evolution of thought about human dignity means that there is a transformation in the whole content of the laws, rules and principles currently governing this Principle, can be given for a minimum existential person can be inserted in their midst, which is education. With this idea, it has been the aim of discussing the socio / legal, constitutional principles of the dignity of the human person and try to justify the attempt to rescue the identity of Contemporary State, facing a globalized society, leaving no real sense worthy of man, being normal or with special needs, causing changes in thinking and action of this society.

**Keywords:** Dignity of the human person; persons with disabilities; Democratic State.

---

<sup>1</sup> Bacharel em direito pela UniEVANGÉLICA. Contato: [lorenorodvalho@hotmail.com](mailto:lorenorodvalho@hotmail.com).

## **Introdução**

O presente texto vem trazer maiores informações a respeito dos direitos dos portadores de deficiência, que não abrange somente a legislação brasileira, mas também a ideia que o Estado Moderno formou em toda sua história para constituir e aprender a lidar com pessoas que possuem necessidades diferentes das demais, sejam elas quais forem (físicas, intelectuais e/ou psíquicas).

### **1.1 Constituições brasileiras e a pessoa portadora de deficiência**

Os autores Queiroz e Pozzoli realizaram um grande estudo sobre todas as constituições brasileiras e todo o pensamento permeado nelas sobre o assunto relacionado aos direitos humanos das pessoas portadoras de necessidades especiais, sendo relatado como uma prática recente, que mostra-se com força expressiva na década de 1970. (2005, p.191)

Nas primeiras constituições, observa-se apenas a garantia do direito à igualdade. Como pode ser visto na Constituição de 1824 (art.179,XIII) e a Constituição de 1891 (art.72, §2º).

Já na Constituição de 1934, segundo os autores acima, houve um período conturbado, onde a crise econômica mundial (1929) atinge, veementemente, o modelo de economia brasileira que era controlado pela oligarquia fundiárias. Os liberais entram no poder pela via golpista no ano de 1930 e perdem de vista o “programa liberal”, pondo em prática o ideal fascista. E desse modo as premissas de igualdade constadas na Constituição de 1891 tornam-se inúteis. (2005, p.192)

A Constituição de 1934 surge, então neste, contexto de conflito do poder liberal e da pressão popular que desejava maiores concessões aos trabalhadores da época, mantendo a duras “penas” o direito da igualdade contido no artigo 113,I e o artigo 138 que cita a igualdade como direito vertente em nossa sociedade e alguns direitos sociais referentes, especificamente, às pessoas portadoras de deficiência, como pode-se observar na citação abaixo:

[...] Art. 138. Incumbe á União, aos Estados e aos Municípios nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular educação eugênica;
- c) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de hygiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- d) cuidar da hygiene mental e incentivar a lucta contra os venenos sociais. (QUEIROZ; POZZOLI, 2005, p.192)

Na Constituição de 1937, foi criado o “Estado Novo” por Getúlio Vargas, não mantendo os direitos consagrados na Constituição de 1934, mantendo-se apenas o direito à igualdade encontrado no artigo 122 deste texto constitucional e a proteção à infância e à juventude, constados no artigo 127 do mesmo texto.

A Constituição de 1946 vem com novas aberturas, onde mantinha o princípio da igualdade (art.141, § 1º) e a garantia previdenciária do trabalhador que se torna inválido (art.157, XVI) e nesse mesmo período os direitos sociais consolidados na legislação infraconstitucional, como pode ser visto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e também começam a surgir legislações esparsas sobre o direito das pessoas portadoras de deficiência. (QUEIROZ ; POZZOLI, 2005, p.193)

Na Constituição de 1967, pode-se observar que foram mantidos o direito à igualdade (art.150) e a garantia previdenciária (art.153, § 1º) e menciona em seu texto constitucional, pela primeira vez, um direito específico ligado à pessoa portadora de deficiência, encontrada no artigo 175 abaixo:

[...] A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos poderes público [...] § 4º Lei especial sobre assistência à maternidade, à infância e a adolescência e sobre a educação de excepcionais. [...] (2005, p.193)

A Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, que foi aprovada pela Assembleia da ONU (Organizações das Nações Unidas) em 1975, foi de extrema importância para os textos constitucionais futuros e teve grande influência na Constituição de 1967, pois em 1978 foi promulgada Emenda n. 12/1967 a qual estabelece questões necessárias e não discriminatórias para o deficiente, a fim de melhorar sua qualidade de vida e o tornar mais digno perante a sociedade. (QUEIROZ; POZZOLI, 2005, p.194).

Assim sendo, pode-se ver no próximo tópico como nossa Constituição atual vem incentivando os vários aspectos sociais das pessoas e, principalmente, pessoas portadoras de necessidade especial.

### **1.1.1 Constituição de 1988 e seu aspecto social**

Queiroz e Pozzoli, dissertam sobre este aspecto lembrando que no Consenso de Washington a democracia não era um meio para se chegar ao desenvolvimento econômico e social, mas apenas um subproduto do neoliberalismo econômico.

Mas o que aconteceu é que os organismos internacionais perceberam o alastramento dos problemas sociais e a miséria prevalecente na América Latina e sugeriram que o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) começasse a vigorar na década de 1990, para conceder medidas de combate à pobreza as que seriam municipalizadas ou repassadas as Organizações Não Governamentais - ONGs. (2005,)

Foi neste contexto de caos, que a Carta Magna Brasileira de 1988 veio resgatando suas funções sociais e destacando os direitos relativos às pessoas portadoras de necessidades especiais, como pode-se observar na citação abaixo:

[...] A Constituição destaca não apenas as desigualdades sociais e econômicas mas também as desigualdades ocasionadas em razão da idade e das condições físicas e psíquicas. Ao destacar essas desigualdades, a Constituição insere proteção constitucional do idoso, da criança, do adolescente e da pessoa portadora de deficiência. Em relação à proteção constitucional da pessoa portadora de deficiência, constitui expressão do assistencialismo mencionado do direito à inclusão social, que compreende entre outros direitos, o direito de frequentar a rede pública e particular de ensino, o direito à saúde, o direito ao trabalho e, em particular, o de ver afastados todos e quaisquer obstáculos que possam impedir o exercício da liberdade por parte do deficiente, ou seja, o direito à adequação dos prédios e logradouros públicos e de acesso público, além dos transportes públicos. [...] (QUEIROZ; POZZALI, 2005, p.200)

Para aprofundar-se nas normas que regem as pessoas portadoras de necessidades especiais, é importante começar pelas normas genéricas, onde se poderá compreender a importância de consolidação desse aspecto na sociedade preponderante.

### **1.1.2 Normas constitucionais genéricas**

É o que entende-se por princípios fundamentais, que tratam da parte dos direitos que cuidam da generalidade das pessoas, sejam elas normais ou portadoras de necessidades especiais e são encontradas sob o aspecto da igualdade, da liberdade e da cidadania..., ressaltando e fixando estas normas . para que as normas específicas sejam respeitadas.

Tudo isto, pode ser visto e encontrado nos artigos 1º, 3º , 5º e 7º da Constituição brasileira de 1988, como já foi amplamente abordado no capítulo anterior, abrangendo a cidadania, a dignidade da pessoa humana, uma sociedade livre e justa, o seu bem estar livre de qualquer preconceito seja o que for, a igualdade e liberdade, respectivamente, inscritos e tão bem expressos na nossa Carta Constitucional de 1988. (QUEIROZ ; POZZOLI, 2005, P.202)

Para que isto seja garantido constitucionalmente, o artigo 34 da Constituição Federal de 1988 coloca uma hipótese excepcional que justifica a intervenção dos Estados e do Distrito Federal, que será apenas para assegurar a observância dos direitos humanos, como pode-se observar abaixo:

Não é concebível que se fale de normas constitucionais genéricas sem citar as normas específicas, as quais vão relacionar os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, que serão abordados : a) competências dos entes federativos; b) proibição de discriminação no que diz respeito a salários e critério de admissão; c) a reserva de vagas em concursos públicos; d) o direito à saúde e à educação especial; d) o direito á integração social; f) o direito à habilitação e reabilitação; g) o direito a uma renda mensal de um salário mínimo; h) o direito de acesso a logradouros e edifícios de uso público; i) o direito de locomoção; j) o direito de tratamento adequado; l) dentre outros tantos direitos decorrentes ou conexos a estes. Pode-se observar nos artigos da Constituição Brasileira todos estes itens, como no artigo 7º, XXXI; artigo 23 II; artigo 24, XIV; artigo 37, VIII; artigo 203, IV e V; artigo 208, III e artigo 227.(QUEIROZ ; POZZOLI, 2005, p.203-205)

No próximo tópico, será abordado como as pessoas portadoras de necessidades especiais serão inseridas dentro da educação, podendo ter acesso legal e igualitário ao ensino e mercado de trabalho.

## **1.2 Direito à educação**

Os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais estão todos interligados e conectados uns aos outros, apesar de ser dado ênfase na educação neste tópico, para melhor ser descrito este aspecto.

A educação e a cultura fazem com que haja aprimoramento intelectual, preparando o indivíduo para o trabalho, a vida familiar e social. A deficiência não é algo que acontece por vontade do indivíduo, sendo assim, há necessidade de uma política de prevenção da deficiência e habilitação e reabilitação destas pessoas que possuem algum comprometimento e as tornam portadoras de alguma necessidade especial, priorizando medidas que envolvam saúde e educação. (QUEIROZ; POZZOLI, 2005, p.308)

### **1.2.1 Determinações da Organização das Nações Unidas (ONU)**

Segundo os escritores( QUEIROZ; POZZOLI, 2005) as recomendações feitas pela ONU em relação às pessoas portadoras de necessidades especiais estão anunciadas no PAM(Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência), aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução n.37/52, de dezembro de 1982.

A ONU discorre sobre a possibilidade de uma diminuição nos índices de surgimento de pessoas portadoras de necessidades especiais, desde que haja uma participação efetiva do Estado no combate à origem, ou melhor, falando de suas causas.

A implementação de uma política adequada de prevenção, já seria o início de uma tentativa, como pode-se perceber na citação abaixo:

[...] programas de prevenção devem ser implementados de modo contínuo e, para neutralizar as principais causas das deficiências, é necessário desenvolver atividades que consistam em: a) melhoria de condições de higiene, educação, nutrição e alimentação; b) vigilância sanitária, em especial o atendimento e assessoramento sanitários materno-infantis; c) esclarecimentos aos pais em matéria de genética e atendimento pré-natal; d) vacinação, combate às doenças e infecções; e) medidas de combate ao uso indiscriminado e irresponsável de medicamentos, drogas, álcool, fumo e outros estimulantes depressivos; f) prevenção de acidentes, especialmente no trabalho e no trânsito; g) melhoria da qualidade do meio ambiente[...] (QUEIROZ; POZZOLI, 2005, p.309)

A ONU revela que nos lugares onde vêm sendo tomados todos esses cuidados de prevenção, a incidência de crianças portadoras de algum tipo de deficiência mental ou física, teve uma relativa diminuição em relação aos países que ainda não se deram conta que a prevenção, além de diminuir percentual de incapacidades limitadoras no indivíduo, são menos onerosas para o Estado.

De qualquer maneira, a ONU não deixa de ressaltar a importância de se investir em uma educação especializada e com igualdade para pessoa portadora de necessidades especiais, dentro do próprio sistema escolar. (QUEIROZ; POZZOLI, 2005, P.310)

Para isso, o Estado deve precursionar toda essa responsabilidade, pois é através de seu direcionamento e planejamento que a organização educacional, representada pelo sistema escolar poderá adaptar, gerenciar e conduzir a melhor maneira de incluir crianças portadoras de necessidades especiais na educação.

No próximo item será mostrado como a Declaração de Salamanca aborda este tema.



### 1.3 Declaração de Salamanca sobre educação especial

A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação, foi proposta e aprovada em junho de 1994 em uma assembleia da Conferência Mundial de Educação Especial, foi representada por 88 países, incluindo Brasil e 25 organizações internacionais, na cidade de Salamanca, Espanha, onde foi proposta a equalização da educação para que as pessoas portadoras de necessidades especiais possam ter as mesmas oportunidade.

A declaração de Salamanca estabelece que os governos, devem seguir aos seguintes tópicos abaixo:

[...] a) atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais; b) adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma; c) encorajem e facilitem a participação de pais, comunidade e organizações de pessoas portadoras de deficiência nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais; d) invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces e nos aspectos vocacionais da educação inclusiva; e) garantam que no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço quanto durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas; f) estimulem a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer pesquisas que se concentrem nos problemas das pessoas portadoras de deficiência, [...] (QUEIROZ; POZZOLI, 2005, p.311-312)

O texto da declaração baseia-se na Educação Especial e na escola inclusiva, onde o principal desafio segundo os autores, seria do desenvolvimento de uma pedagogia capaz de educar, com qualidade, todas as crianças, principalmente, as portadoras de necessidades especiais. Sendo para isso necessário uma nova política educacional dos Estados signatários, e o recrutamento e treinamento de educadores para que estejam habilitados para lidar com as limitações das crianças especiais.



É neste contexto, que a Declaração de Salamanca vem para mostrar que o aspecto inclusivo de uma criança portadora de necessidade especial é essencial para o exercício da dignidade humana e dos Direitos Humanos. (2005, p.312-313)

O próximo item vem para explicar o sistema operacional utilizado para implantar este tipo de educação dentro da norma constitucional, tudo contido na Lei n.7.853/89.

#### **1.4 O tema na lei n.7.853/89**

Os autores Queiroz e Pozzoli, falam da Lei Federal n.7.853/89, que dispõe sobre o PNIPPD (Programa Nacional de Inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiências), que visa a operacionalizar o programa constitucional, relativo às pessoas portadoras de necessidades especiais, na área de educação e saúde.

Com esta Lei, acaba permitindo a ação do Ministério Público e outras associações que protegem os direitos dessas pessoas portadoras de deficiência, garantindo o respeito à dignidade humana e os fundamentos dos Direitos Humanos. (2005, p.316)

Na área da educação, alguns tópicos são abordados abaixo:

[...] a) inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino; b) inserção, no sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas; c) oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimento público de ensino; d) oferecimento obrigatório de programas de educação especial, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1(hum) ano, educandos portadores de deficiência; e) acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda e bolsas de estudo; f) matrícula compulsória com cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino. [...] (QUEIROZ; POZOLLI, 2005, p.316-317)

É neste sentido que o Estado democrático necessita organizar-se para que pessoas portadoras de necessidades especiais, sejam elas com problemas mentais, auditivos, visuais e dentre outros, possam ter acesso a uma educação de qualidade e integrada com a rede pública de ensino, mantendo assim os preceitos da dignidade da pessoa humana contidos em nossa Carta Magna.

No próximo tópico, será abordada a Lei n.8.069/90, que fala do direito da criança e adolescente com deficiência.

### **1.5 No Estatuto da Criança e do Adolescente**

O que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), representada pela Lei n. 8.069/90, propõe assegurar as pessoas portadoras de necessidades especiais na área da saúde e educação, pode ser visto abaixo nos seguintes incisos:

[...] II – Direito à saúde: nesse sentido: a) é assegurado, Sistema Único de Saúde (SUS), à criança e ao adolescente portadores de deficiência, atendimento especializado (art.11,SS 1º); b) o Poder Público é obrigado a fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação (art.11,2.º).

III – Direito à educação: nesse sentido: a) igualdade de condições para acesso e permanência na escola (art.53,I); b) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 54,III); c) o acesso ao ensino público e gratuito é direito público subjetivo (art. 54, SS 1º); d) importa responsabilidade da autoridade competente o não oferecimento do ensino obrigatório ou oferta irregular de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência(art.208).[...] (QUEIROZ; POZZALI,2005,p.321)

Encerrando este capítulo, pode-se ter em mente o quão abrangente a dignidade da pessoa humana alcança. Sendo que, chegando-se menos a um pequeno percentual, mas não menor de importância, que são as pessoas portadoras de necessidades especiais, uma grande vitória ter-se-á sido realizada para alcançar um longo caminho ainda a ser percorrido por cada um de nós, cidadãos plenos em nossa capacidade física e intelectual.

Que as pessoas comecem a despertar sobre o respeito às diferenças, respeito à integridade do outro, sendo ele portador ou não de alguma deficiência, seja ele pleno em suas atividades ou não.

## **CONCLUSÃO**

O que podemos notar, durante a composição deste artigo, é que há uma regularidade histórica e progressiva acerca do tema dignidade das pessoa humana, onde ficam claramente inseridas neste rol, as pessoas portadoras de necessidades especiais. Assim surgiram vários fatos importantes na nossa Constituição que começaram a ressaltar a perspectiva e a necessidade de inserir estas pessoas através da educação, podendo proporcionar uma vida digna e produtiva.

E pode-se observar nesta pesquisa, como vai se transformando a relação da sociedade com a pessoa portadora de necessidade especial, repensando-se uma nova forma de educação e integração. Mostrando que na verdade, não há na essência deficiência e sim uma invenção desse conceito, pois valorizando o papel de desamparo, passividade e dependência do indivíduo portador de deficiência, a sociedade fica então desobrigada de mudar estruturas e atitudes, sendo responsável apenas pelos cuidados básicos.

Se houver um pensamento correto sobre a Inclusão, há de se pensar em novas possibilidades de uma nova relação, em que a deficiência não é o conceito mais adequado e, portanto, não há que se falar em exclusão, pois não há o que excluir no processo histórico-social, ou seja, não haveria discriminação e sim uma solução para que a sociedade ocidental produza inclusões, as mais variadas e nas mais diversas dimensões, como a Declaração de Salamanca, tem proposto e se seguida poderá existir uma mobilização e uma verdadeira transformação na inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, que têm direito à educação e integração econômica/social na comunidade em que se inserem.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ASSIS, Olney Queiroz; POZZOLI, Lafayette. **Pessoa portadora de deficiência: direitos e garantias**. 2. ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teoria do Estado**. 8. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos –Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

COOLEY, Thomas M. **Princípios Gerais de Direito Constitucional**. Campinas-SP: Russell, 2008

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril, 1993. (Col. Os pensadores).

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 1997.

NUNES, Rizzatto. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PEDUZZI, Maria Cristina Irigoyen. **O princípio da dignidade humana na perspectiva do direito como integridade**. 1ª.ed. São Paulo: LTr, 2009.

SILVA, José Otacílio. **A Dignidade Da Pessoa Humana no Pensamento Kantiano**. Disponível em: [http://WWW.espacoacademico.com.br/2001-2007/revistada\\_educacao](http://WWW.espacoacademico.com.br/2001-2007/revistada_educacao). Acesso em: 25 abr. 2011.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **O princípio constitucional da dignidade humana: em busca do direito justo**. São Paulo: Saraiva, 2010.

WEIS, Carlos. **Direitos Humanos Contemporâneos**, 2. ed. São Paulo: Malheiros editores, 2010.